

Herbert Marcuse: cem anos

Isabel Maria Loureiro*

"Um intelectual é alguém que se recusa a fazer compromissos com os dominantes." (Herbert Marcuse)

Herbert Marcuse, filósofo cuja popularidade foi muito além dos meios acadêmicos nos anos 60 e 70, tem sido quase que relegado ao esquecimento no Brasil, salvo as infalíveis exceções de sempre. Como era de se esperar ele voltou às páginas dos cadernos de cultura da grande imprensa por ocasião das comemorações dos 30 anos do maio de 68, que por sinal coincidem com o centenário do seu nascimento. Contudo, exceto por esse *revival* mercadológico, Marcuse é visto com suspeição numa época como a nossa, de hegemonia conservadora.

A verdade porém é que não só no Brasil mas igualmente nos Estados Unidos, no final dos anos 60 e durante os 70, quando fazia grande sucesso junto aos estudantes rebeldes, ele já era muito criticado, tanto pelo marxismo soviético, que taxava suas idéias de "individualismo burguês", quanto pela direita acadêmica e política que via no "pai da Nova Esquerda" um novo Sócrates corruptor da juventude. Só para dar um exemplo: quando Marcuse saiu da Universidade de Brandeis (na qual lecionou de 1954-65) e foi para a Universidade da Califórnia (La Jolla), ele era regularmente atacado nos jornais, e pressões do *California Board of Regents* obrigaram-no a deixar de lecionar oficialmente em 1969, embora tivesse permissão para manter sua sala na

universidade e dar seminários informais. No Brasil inclusive seus livros foram postos no index dos colégios católicos, associados às drogas e à permissividade sexual. Agora, passados quase 20 anos da sua morte, é possível um balanço mais equilibrado de suas idéias que, para surpresa dos desavisados, revelam-se mais atuais do que nunca.

Marcuse foi o único filósofo da Escola de Frankfurt que mesmo sem ter militância política em sentido estrito, sempre permaneceu um teórico da revolução. A sua obra gira, desde o início, em torno de um problema — a necessidade de transformação revolucionária da sociedade capitalista. Diferentemente de Adorno e Horkheimer que a partir dos anos 40 se dedicaram à crítica da cultura dissociada da política radical, Marcuse nunca abandonou o projeto da teoria crítica dos anos 30 — unir filosofia, teoria social e política radical. Esse fio condutor percorre toda a sua obra.

O seu batismo político, como para muitos da sua geração, deu-se com a Primeira Guerra Mundial. Tendo entrado no Partido Social-Democrata Alemão em 1917, ali permaneceu até 1919. Em 1918, eleito membro de um conselho de soldados em Berlim, participou ativamente da revolução de novembro. Abandonou o conselho de soldados quando antigos oficiais passaram igualmente a ser eleitos, o que demonstrava a falta de maturidade dessa meia revolução, como dizia

* Professora do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília.

Rosa Luxemburgo. Acabou finalmente deixando o SPD por considerá-lo responsável pelo assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

De 1919 a 1920 estudou germanística na Universidade Humboldt de Berlim. Em 1920, mudou-se para Freiburg onde se doutorou em 1922, em germanística, com um trabalho sobre “O romance de artista alemão”. Retornando a Berlim ali ficou até 1928, quando então voltou novamente para Freiburg, a fim de estudar filosofia com Martin Heidegger. No final dos anos 20 e início dos anos 30 publicou uma série de artigos na revista *Die Gesellschaft* (órgão teórico da social-democracia alemã, dirigido por Rudolf Hilferding) e em revistas acadêmicas, que constituem uma tentativa de, a partir de uma linha fenomenológica, levar adiante o empreendimento de Korsch e Lukács: dar uma fundamentação filosófica ao marxismo. Busca então em *Ser e tempo* (1927), de seu mestre Heidegger, elementos que contribuiriam para revitalizar a teoria marxista, petrificada pelas leituras deterministas, economicistas e sociologizantes correntes nos partidos oficiais da classe operária.

O curioso nessa tentativa do jovem Marcuse de unir fenomenologia e marxismo é que ele lê *Ser e tempo* com óculos marxistas e não o contrário; a partir daí dá os primeiros passos para elaborar uma teoria da ação radical que teria como objetivo “garantir” a revolução proletária. O objetivo de Marcuse é mostrar que a determinação primeira do homem é a ação a qual, por sua vez, funda-se na “historicidade da vida” (*Schriften* 1: 485). Pensando a partir da recente derrota da revolução alemã, que tanto o marcara, Marcuse procura repensar os fundamentos do marxismo de forma a preservá-

lo da política reformista dos partidos operários tradicionais.

Em 1932 Marcuse publica o que deveria ter sido sua tese de habilitação sob a orientação de Heidegger: “A ontologia de Hegel e a teoria da historicidade”. Uma série desencontros entre orientador e orientando, revelados por uma troca de mensagens, deixam no ar a suspeita de que Heidegger perdera o interesse em orientar Marcuse. Este, dada sua origem judaica e a situação política da Alemanha também não via mais sentido em fazer carreira acadêmica nesse país. De qualquer modo, a ex-tese ainda foi publicada pelo editor de Heidegger, Klostermann. No segundo número da *Zeitschrift für Sozialforschung*, Adorno publicou uma resenha simpática ao livro dizendo que Marcuse estava se afastando da “ontologia fundamental para a filosofia da história, da historicidade para a história”.

Esta idéia é confirmada por um outro ensaio do mesmo ano, “Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico”, escrito sob o impacto da recente publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844. Agora o conceito de trabalho do jovem Marx dá-lhe a concretude que buscara em Heidegger, permitindo-lhe unir essência humana e condições materiais de existência. Segundo Marcuse, a identidade entre essência e existência só pode ser “*tarefa* propriamente livre da prática humana” (*idem*,: 532) ou, em outras palavras, de uma “revolução proletária como uma revolução total e radical” (*idem*,: 516) que permita ao homem realizar todas as suas potencialidades pelo trabalho. Nesta época, embora ainda faça uso do jargão ontológico heideggeriano, ao apropriar-se de Marx, Marcuse começa a abandonar a perspec-

tiva estritamente filosófica anterior, voltando-se para a teoria social.

Esta nova perspectiva se desenvolve e amadurece com a sua participação no projeto do Instituto de Pesquisa Social (IPS), dirigido por Horkheimer. Em 1933, fugindo de Frankfurt antes da subida de Hitler ao poder, Marcuse começa a trabalhar na filial de Genebra do IPS, trabalho que prossegue nos Estados Unidos onde chega em 4 de julho de 1934. O contato com Horkheimer e os outros membros do Instituto dá origem a uma mudança na obra de Marcuse: desaparecem os vestígios de Heidegger no seu pensamento e, por conseguinte, qualquer traço de ontologia. Marcuse deixa de dedicar-se a temas filosóficos abstratos, e volta-se para problemas históricos e sociais concretos, analisando-os sob o prisma do marxismo, visto como método crítico e não mais como ontologia. É nesta época que escreve alguns de seus melhores ensaios, todos publicados em alemão na *Zeitschrift für Sozialforschung*.¹

Nos artigos da revista, entre vários temas abordados, Marcuse defende uma “organização racional da sociedade”, que só poderá concretizar-se por meio da “prática transformadora” (*Schriften* 3: 66). Essa sociedade organizada racionalmente seria em primeiro lugar uma sociedade igualitária econômica, política e culturalmente: a distribuição dos bens materiais seria feita segundo as necessidades da coletividade, a sociedade seria autoplanejada e não entregue “ao acaso da concorrência nem à necessidade cega de relações econômicas reificadas”, não haveria separação entre trabalhadores e meios de produção, o trabalho seria “um meio para a vida” ao invés de a vida estar

“a serviço do trabalho”, os valores culturais não constituindo privilégio nem objeto de “lazer”, mas estando realmente ligados à existência coletiva (*idem*,: 72). Ou seja, Marcuse não só propõe uma sociedade socialista, como continua apostando no desenvolvimento das forças produtivas e na consciência do proletariado, mesmo que a unidade entre teoria e prática só venha a dar-se no futuro, em virtude da derrota conjuntural da classe operária pelo fascismo.

De 1942 (dezembro) a 1951, por razões econômicas (o IPS não podia continuar a subvencioná-lo), Marcuse foi obrigado a trabalhar para o governo americano, primeiro para o Office of War Information, em seguida para o Office of Strategic Services (OSS) (maio de 1943 a setembro de 1945) e, finalmente, quando o OSS foi dissolvido, passou para o Departamento de Estado, tornando-se chefe do bureau centro-europeu. A produção de Marcuse desse período só agora se tornou conhecida com a publicação do livro *Tecnologia, guerra e fascismo* (a sair em breve pela Editora Unesp), com textos inéditos dos anos 40, encontrados no Arquivo Marcuse em Frankfurt. Esses textos — análises do fascismo alemão e da forma como domina o indivíduo do ponto de vista psicológico, político, econômico e cultural, além de propostas de contrapropaganda eficiente a ser utilizada pelos aliados; projetos (em comum com Franz Neumann) para uma obra sobre a teoria da mudança social, abarcando desde a filosofia antiga até o marxismo; análise da literatura surrealista francesa como forma de oposição à sociedade existente; 33 teses (1947) sobre a situação política da época que antecipam

1. Estes ensaios estão publicados em *Cultura e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, v.1, 1998, v. 2.

idéias posteriormente desenvolvidas em *O homem unidimensional* (1964), além de cartas a Horkheimer e Heidegger — mostram um filósofo empenhado na prática política que naquele momento se apresentava como possível para ele: trabalhar no esforço de guerra contra o nazismo, elaborando projetos que poderiam auxiliar no processo de desnazificação da Alemanha no pós-guerra. Posteriormente, ao falar dessa época, Marcuse mostrou não ter nenhuma ilusão a respeito da eficácia do seu trabalho, uma vez que muitos nazistas que deveriam ter sido julgados e condenados como “criminosos de guerra na economia” continuavam ocupando postos importantes.

Os textos de Marcuse dessa época revelam algo interessante e que as histórias oficiais da Escola de Frankfurt não levam em consideração: que havia duas tendências no interior da teoria crítica dos anos 40, a primeira representada pela *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, uma análise pessimista da civilização ocidental em que a racionalização é vista como dominação e em que a prática emancipadora fica adiada, a utopia só podendo ser negativa; a segunda, representada por uma configuração mais político-prática da teoria crítica como teoria da mudança social, elaborada por Marcuse (e Neumann). Os comentadores de maneira geral, ao se referirem à teoria crítica dos anos 40, dizem que ela ficou resignada à contemplação e que a unidade entre teoria e prática, que era a proposta da teoria crítica nos anos 30, foi posta de lado. No caso de Marcuse essa interpretação não se sustenta. Ele se distingue dos outros frankfurtianos por levar adiante até o final da vida o projeto da teoria crítica dos anos 30 abandona-

do por Adorno e Horkheimer no início dos anos 40.

Mesmo numa obra como *Eros e civilização* (1955) em que a transformação revolucionária não é explicitamente tematizada, ou num diagnóstico sombrio do capitalismo avançado, tal como exposto em *O homem unidimensional* (1964) Marcuse tem sempre como fio condutor do seu pensamento a busca de uma sociedade emancipada, cuja pré-condição material seria a liberação dos seres humanos do trabalho alienado, possível em virtude da automação crescente na sociedade industrial avançada. Na utopia marcuseana o pouco trabalho que sobraria poderia ser trabalho lúdico, funcionando como meio para a realização das potencialidades dos indivíduos: “Alcançamos na história o estágio em que o trabalho alienado socialmente necessário não precisa mais ser trabalho *full-time*, mas pode ser reduzido a um mínimo, dando lugar, aos poucos, a um trabalho mais ou menos criativo e a um tempo livre mais ou menos autônomo”, como resume numa entrevista de 1972, “Pela frente única das esquerdas”. Nessa medida, não se trata de descartar a ciência e a técnica, mas de pô-las a serviço de uma sociedade emancipada. Porém como fazer da teoria força material?

Na conjuntura dos anos 50 e início dos 60, em que as forças de oposição tradicionais se encontravam integradas à sociedade industrial avançada, em que redutos clássicos da transcendência como a arte e a filosofia perderam o potencial crítico, para não falarmos da ciência e da técnica, cuja função no capitalismo tardio era legitimar a dominação, enfim, numa situação em que não havia mais negação interna, segundo Marcuse, contra essa realidade unidimensional, tota-

litária, só restava uma atitude para a oposição de esquerda — a *grande recusa*, a recusa em bloco dos indivíduos em jogar um jogo viciado de antemão. Em *O homem unidimensional*, Herbert Marcuse rejeita qualquer prática política reformista e defende a idéia de que só os *outsiders*, os marginais (justamente por não usufruírem os benefícios da sociedade de consumo) são uma oposição *potencial* na sociedade industrial avançada. No final do livro, assim se exprime Marcuse: “Entretanto, por baixo das classes populares conservadoras há o substrato dos párias e dos *outsiders*, as outras raças, as outras cores, as classes exploradas e perseguidas, os desempregados e os que não podem ser empregados. Eles situam-se fora do processo democrático; sua vida exprime a necessidade mais imediata e mais real de pôr fim às condições e às instituições intoleráveis. Assim sua oposição é revolucionária, mesmo que sua consciência não o seja.”

Quer dizer, a ligação entre teoria e prática só parece possível nesse momento pela revolta espontânea dos indivíduos situados à margem do sistema, pelos “desorganizados”, ‘operários sem qualificação’, trabalhadores rurais ou migrantes, minorias, colonizados e semicolonizados, prisioneiros, etc.”, como já dizia Marcuse em 1947, na sua análise da sociedade contemporânea (tese 13). Em função dessa idéia, *O homem unidimensional* foi um dos livros de Marcuse mais criticados pela esquerda ortodoxa. Na verdade, o livro só se afasta da letra, não do espírito do marxismo e hoje isso é claro para nós: numa época em que a “sociedade afluyente” havia encontrado uma relativa estabilização por ter permitido “à maioria da população nos países industriais mais desenvolvidos” (“Pela

frente única das esquerdas”) a integração através do consumo, Marcuse continua buscando desesperadamente um vínculo entre teoria e prática, encontrando-o *em potencial* em forças exteriores a essa sociedade, tanto na metrópole (os *outsiders*), quanto na periferia do capitalismo (os movimentos de libertação nos países do Terceiro Mundo).

Por isso, *O homem unidimensional* não pode ser analisado como um diagnóstico totalmente pessimista e fechado do capitalismo avançado. Aliás, no início do livro, Marcuse diz que ele oscila entre duas hipóteses — a de que a sociedade industrial avançada é capaz de impedir uma transformação qualitativa num futuro próximo; a de que há tendências e forças que apontam em sentido contrário. O livro todo é percorrido por essas duas idéias contrárias, o que não deixa de ser típico de uma leitura não determinista do marxismo, para a qual a história é sempre um processo em aberto, passível de mudança de rumo pela prática humana coletiva. Assim sendo, essa sociedade unidimensional, sem oposição, aparentemente imune a qualquer ruptura, está longe de ser imóvel.

Um pouco mais tarde, com a volta da militância política (luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, oposição à Guerra do Vietnã e mais tarde as rebeliões estudantis) Marcuse continua procurando insistentemente elaborar uma teoria do sujeito revolucionário que permita viabilizar uma alternativa socialista ao capitalismo, diferente do socialismo do Leste Europeu. Essa teoria do sujeito revolucionário vai se configurando de diversas maneiras, numa reflexão que sempre procura levar em conta a situação objetiva. Em 1969, no *Ensaio sobre a libertação*, entusiasmado com as lutas

dos anos 60, Marcuse vê no movimento estudantil e na contracultura a manifestação de uma “nova sensibilidade”, que recusa a competição, o consumo obsceno, o desperdício e a obsolescência programada, e que busca uma vida mais simples, mais humana, voltada para o trabalho gratificante e com sentido, para a beleza, a sensibilidade e a preservação do meio ambiente.

Entretanto, Marcuse nunca afirmou serem a contracultura ou a nova sensibilidade uma força revolucionária. O que ele disse é que a nova sensibilidade poderia contribuir para produzir um novo movimento revolucionário, mas não era enquanto tal o sujeito revolucionário. Na verdade, ele nunca deixou de apontar os limites de tais movimentos, assim como nunca deixou de estar aberto às promessas de emancipação que eles continham. No seu entender, as minorias, os estudantes, o movimento feminista eram tão-somente grupos catalizadores, não sujeitos revolucionários, contrariamente à interpretação que os marxistas ortodoxos faziam das idéias de Marcuse na época. Nas suas palavras: “Nunca disse que os estudantes substituem atualmente a classe trabalhadora como força revolucionária; isso é absurdo.” (*Schriften* 8, p. 228)

A unidade entre teoria e prática requeria brechas num sistema que na aparência era totalmente coeso. Os movimentos sociais dos anos 60 e 70 representaram algumas dessas brechas a que Marcuse estava continuamente atento, embora não tivesse ilusões a seu respeito. Aliás durante a década de 70, em inúmeros artigos e entrevistas, ele sempre reafirmou que “a classe trabalhadora pode, precisa e voltará a ser o sujeito revolucionário logo que fizer explodir para

si mesma esse aprisionamento às necessidades capitalistas, ou seja, na medida em que as reivindicações puramente econômicas e sindicais da classe trabalhadora se transformarem novamente em reivindicações políticas.” (“Pela frente única das esquerdas”)

Na verdade, e só para resumirmos, o que Marcuse tem em mente em termos de oposição ao sistema é uma aliança entre espontaneidade e organização, pois como ele mesmo reconhece, “só com espontaneidade não funciona, nunca funcionou.”(idem). É preciso encontrar formas de organização diferentes dos partidos centralizados e burocratizados. A forte influência da revolução alemã e de Rosa Luxemburgo leva-o sempre a mencionar, como alternativa socialista democrática, a prática conselhistas.

Marcuse sempre enfatizou em suas análises da sociedade industrial avançada o vínculo existente entre produtividade e destruição, “a enorme contradição entre, por um lado, a riqueza social, o que a sociedade realmente pode se permitir em termos de legítima satisfação das necessidades e, por outro, a utilização destruidora e miserável dessa riqueza”, como diz numa entrevista transmitida pela televisão alemã após a sua morte. Hoje chegamos a um ponto em que esse vínculo se tornou mais do nunca visível. A acelerada concentração de renda, as desigualdades sociais crescentes, o desmantelamento da coisa pública pelos interesses particulares escancarados, o desemprego e a marginalização de parcelas cada vez maiores da população trazem, de maneira inesperada, o utópico Marcuse de volta. Seu diagnóstico pessimista (embora sempre matizado pela esperança da ruptura) é

hoje, em tempos de pensamento único, mais atual que nunca. Porém com uma diferença: enquanto Marcuse teorizava a respeito de uma sociedade de abundância hoje reduzida a simples recordação e temia que os benefícios materiais oferecidos por ela escravizassem irremediavelmente os homens às mercadorias, retirando-lhes qualquer desejo de uma vida qualitativamente diferente, hoje o cenário mudou: parcelas cada vez mais amplas da população do globo não podem nem sequer satisfazer suas necessidades básicas mais prementes.

No entanto, este mundo em crise não oferece nenhuma garantia de ruptura da (des)ordem reinante. Por enquanto não se

anuncia em lugar algum aquilo que seria, para Marcuse, a pré-condição de uma sociedade livre: a existência, aqui e agora, do tipo humano novo que recuse, a partir da própria sensibilidade, um modo de organização social fundado na forma mercadoria. Enquanto não existirem homens e mulheres que recusem a “servidão voluntária” oferecida pela sociedade de consumo com todo o seu séquito de calamidades ou, em outras palavras, que exijam um tipo de vida “com menos esbanjamentos, menos plásticos e menos aparelhos mas com mais tempo e mais liberdade” (Marcuse, *Contra-revolução e revolta*, p. 31) a crítica de Marcuse não terá perdido nada de seu vigor.

Sobre a atualidade de Brecht no seu centenário

Iná Camargo Costa*

Nascido a 10 de fevereiro de 1898, Bertolt Brecht desde muito jovem se inclinou para a literatura e para as questões sociais. Encaminhado para a faculdade de medicina em Munique, teve oportunidade de assistir pessoalmente aos estragos provocados pela guerra tanto nos soldados quanto nos médicos: foi recrutado como enfermeiro em 1917 e sua *Lenda do soldado morto* é um expressivo documento dessa experiência, na qual morreram mais de dois milhões de soldados alemães, sem falar nos mutilados em todos os sentidos.

Terminada a guerra, volta para Munique, onde se envolve com a vida literária, teatral e política, participando ativamente do “balanço” dos estragos provocados pela guerra e das discussões sobre as esperanças despertadas pela revolução soviética. Por esta participação é eleito membro do Conselho de Trabalhadores e Soldados de Augsburg (sua cidade natal), que estava em ligação direta com o de Munique quando da massacrada revolução de 1918/19. Assim também participou da efêmera República Soviética de Munique (liquidada em maio de 1919 pelos *Freikorps*).

* Professora do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse - cem anos. (Nota em homenagem a Herbert Marcuse). *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p. 157-163.

Palavras-chave: Homenagem; Herbert Marcuse.